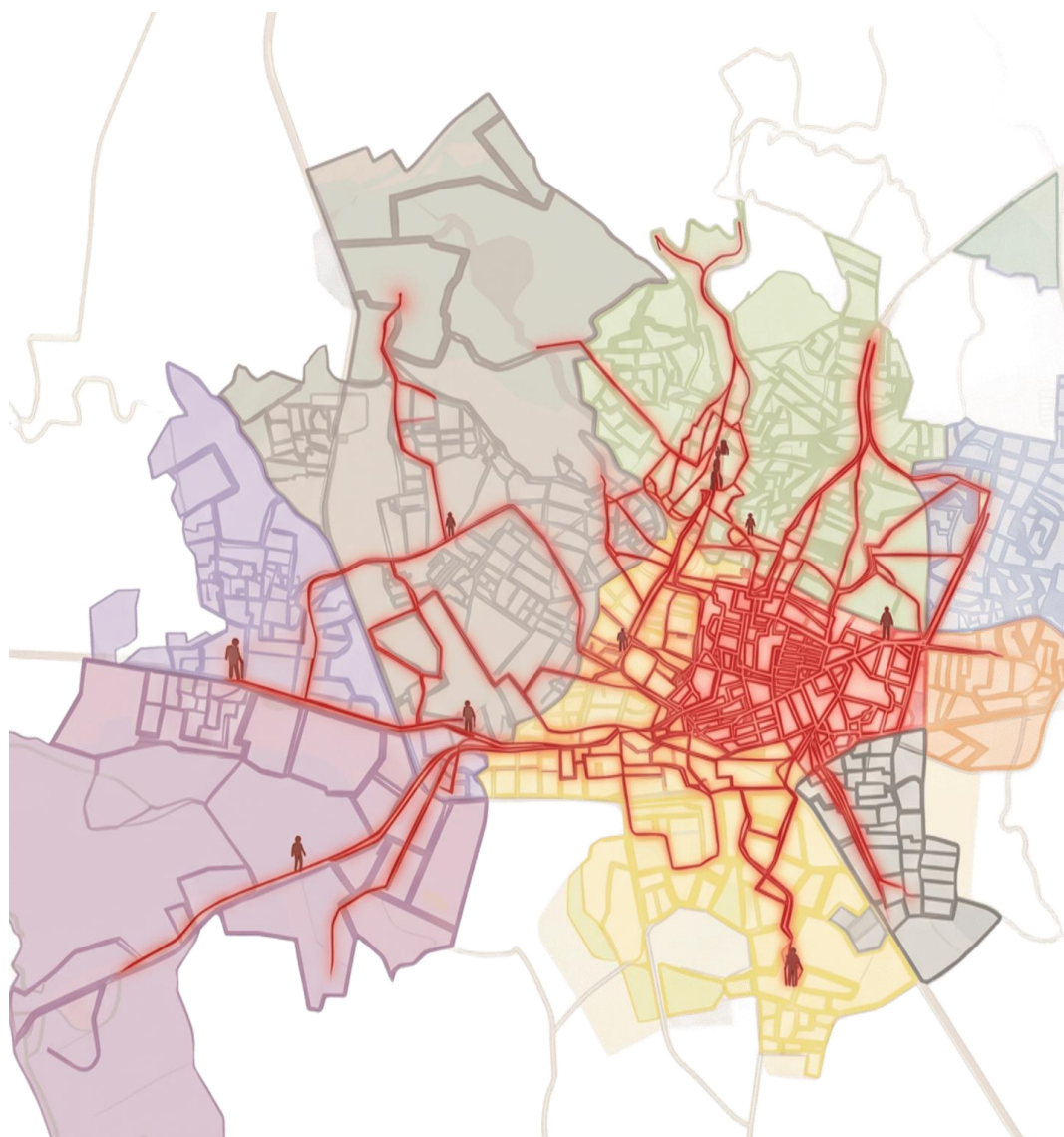




DIAGNÓSTICO MUNICIPAL

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

UBERABA, 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA

Avenida Dom Luiz Maria Santana, 141 – Santa Marta – Uberaba / MG
(34) 3318-2000 | <https://portal.uberaba.mg.gov.br/>

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL –SEDS
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL – DVSA**

Rua Lauro Borges, 97 – Centro – Uberaba / MG | (34) 3331-2403
<https://portal.uberaba.mg.gov.br/secretarias/desenvolvimento-social>

Elisa Gonçalves de Araújo
Prefeita Municipal

Anna Maia Jampaulo Andrade
Secretária de Desenvolvimento Social

Verônica Ahmar
Secretária Adjunta de Desenvolvimento Social

Vânia Helena Guarato
Chefe do Departamento de Vigilância Socioassistencial

João Pedro Ribeiro
Chefe do Departamento da Proteção Social Especial

Raiane de Assis Matos
Gerente do Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua

EQUIPE TÉCNICA DO DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Aline Silva Bomfim - Assistente Social
Cássio Batista Alves - Educador
Josiane Cristina Orlando de Souza - Psicóloga
Zilda Cristina dos Santos – Assistente Social

**EQUIPE TÉCNICA DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA – CENTRO POP**

Thamila de Lourdes Teixeira - Assistente Social
Nayane Ferreira Franco - Assistente Social
Lilian Mariana Gomes - Assistente Social
Valdenis Ferreira da Silva Santos - Educadora Social

PLANTONISTAS DO SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL

Valéria dos Santos Fernandes - Plantonista Abordagem Social
Maylla Lienckvitz Barbosa - Plantonista Abordagem Social
Jéssica Pereira Arantes - Plantonista Abordagem Social

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
INTRODUÇÃO	3
METODOLOGIA	5
CONTEXTUALIZAÇÃO	7
PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO	8
Sexo	8
Identidade de Gênero	8
Estado Civil	8
Filhos	9
Faixa Etária	9
Raça e Cor	10
Escolaridade	10
Profissão	11
Documentação	11
CONDIÇÕES DE TRABALHO E RENDA	12
Condições de Trabalho	12
Renda	13
Cadastro Único e Benefícios	13
CONDIÇÕES DE SAÚDE	14
Alimentação	14
Pessoas em Situação de Rua com Deficiência	15
Saúde Mental	15
Outras Questões de Saúde	16
Acompanhamento na Rede de Atenção Psicossocial	17
TRAJETÓRIAS NA SITUAÇÃO DE RUA	19
Vínculo Familiar	19
Motivos que levaram à situação de rua	19
Tempo de Permanência em Situação de Rua	20
TERRITORIALIZAÇÃO	21
Vínculo com o município	21
Território por CRAS	22
Local de Pernoite	24
Acolhimento Institucional	25
Acesso à Rede de Atendimento	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	31

APRESENTAÇÃO

O Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) conceitua as pessoas em situação de rua como sujeitos de direitos, conscientes e críticos, dispostos e capazes a ocupar seus lugares de fala e de ação, transformando suas realidades e compartilhando seus saberes acerca das suas vivências nas ruas (CFESS, 2026). O Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 considera a população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Os dados referentes à população em situação de rua são produzidos, em âmbito nacional e estadual, a partir dos registros do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Conforme dados do Observatório de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua de Minas Gerais, em 2025, foram registradas 335.151 pessoas em situação de rua no Brasil e 33.139 no estado de Minas Gerais.

Os dados municipais referentes a Uberaba-MG, por sua vez, resultam de levantamento de campo, diferentemente do CadÚnico, o levantamento alcança as pessoas nos territórios, inclusive as que não estão cadastradas, e permite incluir questões próprias do município, como locais de permanência, trajetória, motivos relatados para a situação de rua e histórico de acesso aos serviços. De acordo com o segundo Estudo Diagnóstico sobre a População em Situação de Rua em Uberaba (2025), foram identificadas 270 pessoas em situação de rua.

Nesta edição, o Departamento de Vigilância Socioassistencial participa pela primeira vez da produção sendo o Diagnóstico Municipal da População em Situação de Rua, fruto do trabalho coletivo entre a equipe técnica do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) e a equipe técnica do Departamento de Vigilância Socioassistencial (DVSA). O presente relatório apresenta o perfil sociodemográfico e informações territorializadas das pessoas em situação de rua, buscando qualificar a produção e a análise dos dados e subsidiar o planejamento da rede socioassistencial.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 representou um marco fundamental ao reconhecer a assistência social como direito de quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, estabelecendo também a descentralização político-administrativa e a participação da população na formulação e no controle das políticas sociais (Brasil, 1988). Posteriormente, a Lei nº 8.742/1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), regulamentou a assistência social como política de seguridade social não contributiva e como direito do cidadão e dever do Estado (Brasil, 1993).

A organização coletiva, os movimentos sociais e as manifestações públicas contribuíram para ampliar o reconhecimento da população em situação de rua como sujeitos de direitos e para a produção de novos conhecimentos sobre suas condições de vida, trajetórias e demandas. Em Belo Horizonte, Minas Gerais, a década de 1990 foi marcada pela mobilização de diferentes atores em torno da questão da população em situação de rua, incluindo a realização, em 1993, do Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, que constituiu um espaço de discussão e articulação em torno da realidade vivenciada por esse segmento e da necessidade de construção de respostas públicas. Nesse processo de mobilização social, também ganhou expressão o “Grito dos Excluídos”, iniciativa que passou a reunir diferentes grupos e movimentos em manifestações públicas voltadas à denúncia das desigualdades sociais e à reivindicação de direitos para populações historicamente marginalizadas (Souza, 2017).

Em 2005, surge o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), fortalecendo a organização e a reivindicação de direitos desse segmento, com apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. A criação do movimento foi impulsionada pelo episódio ocorrido em 19 de agosto de 2004, quando sete pessoas em situação de rua foram assassinadas e outras 15 ficaram feridas no centro de São Paulo. A data tornou-se um marco da mobilização da população em situação de rua e passou a ser reconhecida como o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua. Esse processo de mobilização contribuiu para a realização do I Encontro Nacional da População em Situação de Rua e para o fortalecimento das

discussões que culminaram na formulação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída em 2009 pelo Decreto nº 7.053 (Souza, 2017).

A rua, enquanto território de vida e de sociabilidade, é dinâmica e constituída por diferentes relações sociais, afetivas e comunitárias. Para além de um espaço de circulação e permanência, os territórios da rua são espaços nos quais se manifestam histórias, vínculos, experiências, sonhos, desejos e estratégias de sobrevivência. Compreender essa realidade exige, portanto, superar concepções estigmatizantes e reconhecer a complexidade das trajetórias que conduzem e mantêm pessoas em situação de rua.

No contexto da sociedade capitalista, o fenômeno da situação de rua relaciona-se a processos estruturais que envolvem pobreza, desigualdade social, precarização das relações de trabalho, concentração de renda e dificuldades de acesso às políticas públicas e aos direitos sociais. Tais processos, associados a diferentes fatores individuais, familiares, comunitários e territoriais, podem contribuir para o agravamento das desproteções e para a ruptura ou fragilização dos vínculos sociais e familiares. Dessa forma, a situação de rua deve ser analisada a partir de uma perspectiva multidimensional, considerando tanto os determinantes estruturais quanto às particularidades das trajetórias dos sujeitos.

A consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ampliou a organização da proteção social e a responsabilidade pública pela oferta de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais. Nesse processo, a população em situação de rua passou progressivamente a ser incorporada de maneira mais específica às normativas e às ofertas da assistência social. A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, instituída pela Resolução CNAS nº 109/2009, estabeleceu o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, ofertado no âmbito da Proteção Social Especial, tendo o Centro POP como unidade de referência para essa oferta (Brasil, 2009a).

O Centro POP é uma unidade pública e estatal de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), destinada ao atendimento especializado de pessoas em situação de rua. No Centro POP é ofertado o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, conforme estabelecido pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e orientado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (Brasil, 2009; Brasil, 2011).

Entre as principais finalidades do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua estão: possibilitar condições de acolhida na rede socioassistencial; contribuir para a construção ou reconstrução de projetos de vida; favorecer a restauração e preservação da integridade e da autonomia dos usuários; promover ações voltadas à reinserção familiar e/ou comunitária; e possibilitar acesso a espaços para guarda de pertences, higiene pessoal, alimentação e provisão de documentação civil.

O Centro POP integra a estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS) do Município de Uberaba e foi inaugurado em 2010, inicialmente integrado ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Nesse período, o serviço era denominado “CREAS POP”, em razão de sua vinculação e funcionamento no mesmo endereço do CREAS. Em 2013, o serviço foi desmembrado do CREAS, passando a constituir uma unidade própria e a ser denominado Centro POP. Posteriormente, em 2015, foi inaugurada sua sede própria, consolidando sua organização e funcionamento como unidade de referência para o atendimento especializado à população em situação de rua no município (Souza, 2017).

Diante desse percurso histórico e normativo, observa-se que o reconhecimento da população em situação de rua como sujeito de direitos resulta de um processo contínuo marcado pela organização coletiva, pela reivindicação de direitos e pela ampliação da responsabilidade do Estado na formulação e implementação de políticas públicas. No âmbito da assistência social, a consolidação do SUAS e a implantação de serviços especializados, como o Centro POP, constituem importantes estratégias para o atendimento das demandas e necessidades desse segmento populacional. Entretanto, a existência de marcos legais e de serviços especializados não elimina os desafios relacionados à garantia de direitos, ao acesso às políticas públicas, à superação das situações de vulnerabilidade e à construção de respostas articuladas às múltiplas expressões da questão social que atravessam a vida das pessoas em situação de rua.

METODOLOGIA

A elaboração do presente Diagnóstico Municipal da População em Situação de Rua teve origem em uma iniciativa do Centro POP, que identificou a necessidade de dar continuidade a sistematização e análise das informações sobre a população em

situação de rua atendidas e abordadas no município de Uberaba. Para a construção do atual diagnóstico, o Centro POP solicitou a parceria do Departamento de Vigilância Socioassistencial, considerando a atribuição deste Departamento de produzir, organizar, analisar e disseminar informações que contribuam para o planejamento e o aprimoramento da Política Municipal de Assistência Social.

Como ponto de partida para a coleta de dados, a equipe do Centro POP disponibilizou um modelo de formulário eletrônico, elaborado anteriormente e utilizado em coletas de dados realizadas pelo serviço. A partir desse instrumento, foi realizada uma construção conjunta entre a equipe do Centro POP e o Departamento de Vigilância Socioassistencial, com revisão e adequação das perguntas, de modo a contemplar tanto as necessidades identificadas pela equipe do Centro POP quanto às especificidades do trabalho desenvolvido pelo Serviço Especializado em Abordagem Social.

O instrumento de coleta foi estruturado em formulário eletrônico, por meio do Google Forms, e contemplou informações relacionadas ao perfil sociodemográfico das pessoas em situação de rua, incluindo variáveis como raça/cor, escolaridade, identidade de gênero, motivo ou circunstância relacionada à situação de rua, existência de vínculos familiares, entre outras informações consideradas relevantes para a caracterização desse público. Também foram incluídas informações de natureza territorial e geográfica, buscando identificar, entre outros aspectos, se a pessoa é munícipe de Uberaba ou se apresenta trajetória itinerante, os territórios onde costuma permanecer durante o período em que está em situação de rua e os locais utilizados habitualmente para pernoite.

A coleta de dados ocorreu no período de julho a setembro de 2026. As entrevistas e o preenchimento do instrumento foram realizados pelas equipes que atuam diretamente junto à população em situação de rua. No Centro POP, a coleta ocorreu durante os atendimentos realizados na unidade. Já o Serviço Especializado em Abordagem Social realizou o preenchimento durante as abordagens diurnas, bem como nos plantões noturnos e de finais de semana, possibilitando alcançar pessoas que não necessariamente acessam ou permanecem na unidade do Centro POP.

Ressalta-se que as informações obtidas correspondem aos registros realizados durante o período definido para a coleta, não devendo ser interpretadas,

isoladamente, como uma contagem censitária da totalidade da população em situação de rua existente no município.

Após o encerramento da coleta, as informações foram sistematizadas, processadas e analisadas pelo Departamento de Vigilância Socioassistencial, responsável também pela organização e elaboração do presente diagnóstico. O tratamento dos dados possibilitou a construção de indicadores e análises referentes ao perfil da população, suas trajetórias, características sociodemográficas e territoriais, contribuindo para uma compreensão mais qualificada das situações vivenciadas pela população em situação de rua em Uberaba.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas e registros efetuados pelos serviços que realizam o atendimento e acompanhamento da população em situação de rua. Do total de 264 entrevistas consideradas no universo analisado, 203 (76,9%) foram preenchidas pela Abordagem Social e 61 (23,1%) pelo Centro POP. A participação de ambos os serviços possibilitou reunir informações provenientes de diferentes momentos e estratégias de atendimento à população em situação de rua.

Para a composição do universo analisado, foram observadas algumas situações específicas durante a coleta. Três pessoas abordadas não se encontravam em situação de rua no momento da coleta, embora apresentassem vivência de rua, ou seja, compartilhavam da dinâmica, do cotidiano e dos laços sociais do espaço público, muitas vezes conjuntamente com as próprias pessoas em situação de rua (Hutz; Koller, 1997). Dessa forma, esses registros não foram incorporados ao universo de 264 pessoas em situação de rua utilizado para a análise dos indicadores apresentados.

Também foram identificadas quatro situações em que a entrevista não foi realizada. Nesses casos, os registros não foram incluídos no rol de entrevistados. Entretanto, não havia informação suficiente para identificar o motivo exato da ausência da entrevista, não sendo possível determinar se houve recusa por parte da pessoa abordada ou outra circunstância que tenha impossibilitado o preenchimento.

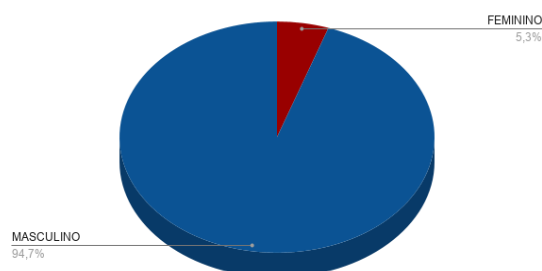
Assim, os dados apresentados neste levantamento referem-se especificamente às 264 pessoas que efetivamente participaram da coleta e foram classificadas como

peças em situação de rua, considerando os critérios adotados para delimitação do universo analisado.

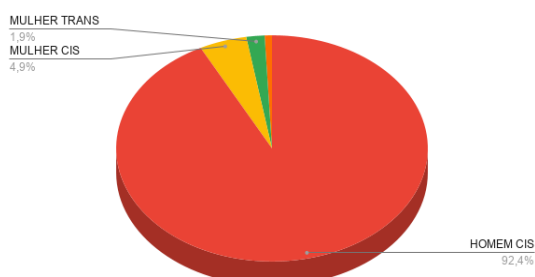
PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Sexo

Em relação ao sexo foram identificados 250 pessoas do sexo masculino (94,7%) e 14 pessoas do sexo feminino (5,3%). Os dados evidenciam, portanto, uma composição majoritariamente masculina da população pesquisada, com participação proporcionalmente menor de mulheres.



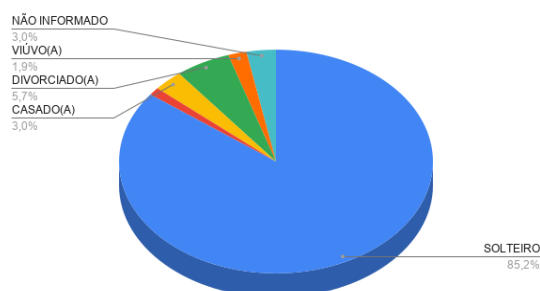
Identidade de Gênero



Quanto à identidade de gênero, observa-se predominância de homens cisgênero, que correspondem a 244 indivíduos (92,4%) do total de 264 pessoas pesquisadas. Foram identificadas 13 mulheres cisgênero (4,9%) e 5 mulheres trans (1,9%). Em 2 registros (0,8%), a identidade de gênero não foi informada.

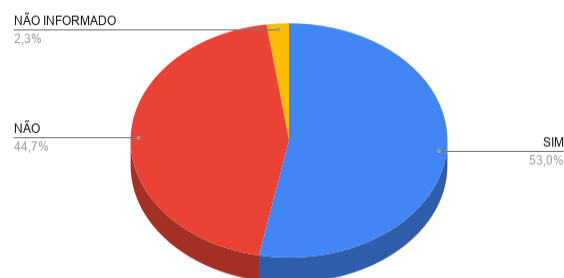
Estado Civil

Em relação ao estado civil, observa-se predominância de pessoas solteiras, correspondendo a 225 indivíduos (85,2%) do total de 264 pessoas pesquisadas. Na sequência, foram identificadas 15 pessoas divorciadas (5,7%), 8 casadas (3,0%), 5 viúvas (1,9%) e 3 pessoas em união estável (1,1%). Em 8 registros (3,0%), a informação não foi informada.

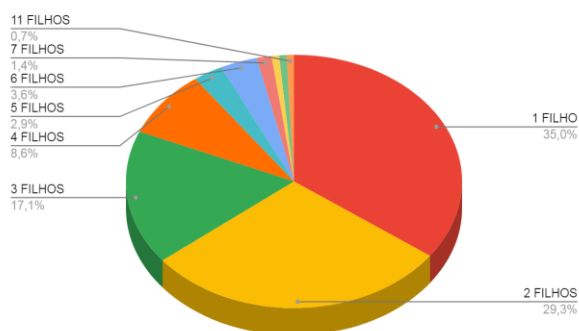


Filhos

Em relação à existência de filhos, observa-se que 140 pessoas (53,0%) das 264 pesquisadas declararam possuir filhos, enquanto 118 (44,7%) informaram não ter filhos. Em 6 registros (2,3%), os dados não foram informados.



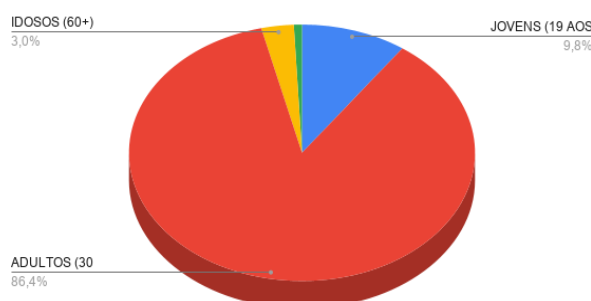
Entre as 140 pessoas que declararam possuir filhos, observa-se maior concentração naquelas que têm um ou dois filhos. Ao todo, 49 pessoas (35,0%) possuem um filho e 41 (29,3%) possuem dois filhos. Na sequência, 24 pessoas (17,1%) têm três filhos e 12 (8,6%) têm quatro filhos. Os demais registros correspondem a pessoas com cinco filhos (4; 2,9%), seis filhos (5; 3,6%), sete filhos (2; 1,4%), oito filhos (1; 0,7%), nove filhos (1; 0,7%) e onze filhos (1; 0,7%).



possuem um filho e 41 (29,3%) possuem dois filhos. Na sequência, 24 pessoas (17,1%) têm três filhos e 12 (8,6%) têm quatro filhos. Os demais registros correspondem a pessoas com cinco filhos (4; 2,9%), seis filhos (5; 3,6%), sete filhos (2; 1,4%), oito filhos (1; 0,7%), nove filhos (1; 0,7%) e onze filhos (1; 0,7%).

Faixa Etária

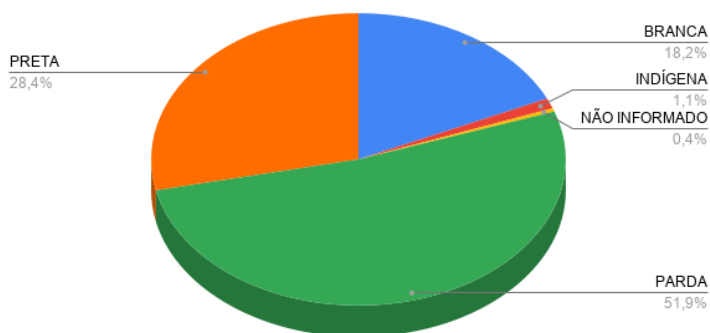
A distribuição da população em situação de rua segundo a faixa etária evidencia uma maior concentração de pessoas adultas. Do total de 264 pessoas



analizadas, 228 (86,4%) têm entre 30 e 59 anos, constituindo a maioria do grupo. Na faixa de jovens, entre 19 e 29 anos, foram identificadas 26 pessoas (9,8%). Já entre as pessoas com 60 anos ou mais, foram registrados 8 indivíduos (3,0%). Em 2 casos (0,8%), a faixa etária não foi informada.

Raça e Cor

Considerando os 264 registros, 137 pessoas (51,9%) foram registradas como pardas, constituindo a maior parcela da população analisada. Em seguida, 75 pessoas (28,4%) foram registradas como pretas. Já a categoria branca corresponde a 48 pessoas (18,2%), enquanto 3 pessoas (1,1%) foram registradas como indígenas. Em 1 registro (0,4%), a informação não foi informada. Destaca-se que os dados aqui apresentados correspondem exclusivamente aos registros realizados pela equipe técnica e, portanto, não podem ser considerados como autodeclaração. Isso se deve à ausência de padronização na aplicação deste item no questionário, condição que pode introduzir vieses nos dados e constitui uma limitação do presente estudo.



Segundo a metodologia adotada pelo IBGE, a população negra é composta pelas pessoas que se autodeclaram pretas ou pardas. Aplicando esse critério aos dados analisados, observa-se que 212 pessoas (80,3%) foram registradas nesse grupo, sendo 137 pardas (51,9%) e 75 pretas (28,4%). Dessa forma, a população negra constitui a maioria entre a população em situação de rua consideradas no levantamento.

Escolaridade

No que diz respeito à escolaridade, a partir dos registros coletados foram identificados que dos 264 participantes 137 pessoas (51,9%) possuem ensino fundamental incompleto, 37 (14%) Ensino Médio Completo, 31 (11,7%) Ensino Médio Incompleto, 30 (11,4%) fundamental completo. Apenas 8 pessoas

RENDIMENTO	REGISTROS
FUND. COMPLETO	30
FUND. INCOMPLETO	137
ENSINO MÉDIO COMPLETO	37
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	31
SUPERIOR COMPLETO	8
SUPERIOR INCOMPLETO	5
NÃO INFORMADO	16
TOTAL	264

(3%) possuem Ensino Superior Completo e 5 pessoas (1,9%) possuem Ensino Superior Incompleto.

Profissão

Em relação às atividades profissionais, foram identificadas como mais frequentes as ocupações de serviços gerais com 60 registros e construção civil com 59. Ressalta-se que os dados correspondem às profissões ou atividades que as pessoas entrevistadas informaram já ter exercido ao longo de sua trajetória profissional.

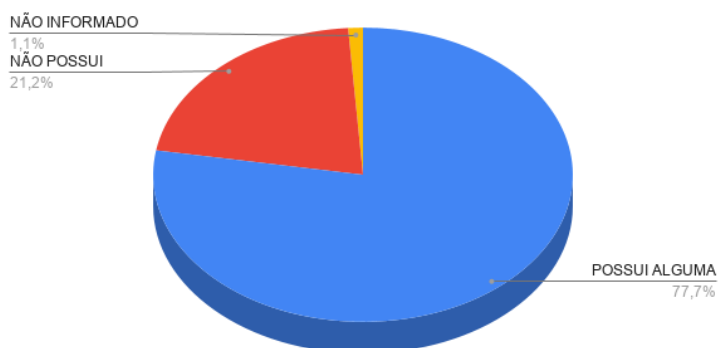
TRABALHOS MAIS RECORRENTES	REGISTROS
CONSTRUÇÃO CIVIL	59
SERVIÇOS GERAIS	60
TOTAL	119

Não foi possível determinar, a partir das informações coletadas, se essas atividades estavam sendo exercidas atualmente. Dessa forma, os

dados apresentados não devem ser interpretados como indicativos de ocupação profissional atual, mas como um retrato das experiências e trajetórias de trabalho relatadas pelos entrevistados.

Documentação

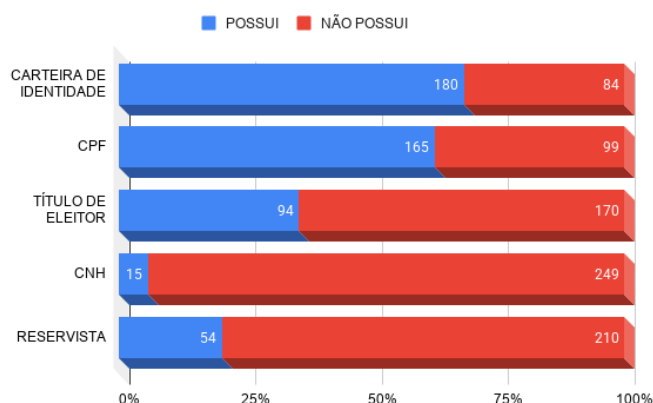
A documentação pessoal constitui um elemento fundamental para o exercício da cidadania e para o acesso a políticas públicas, serviços e demais direitos sociais.



Para a população em situação de rua, a ausência de documentos pode representar uma importante barreira para o acesso a serviços de saúde, assistência social, educação, benefícios socioassistenciais, inserção no mercado de trabalho e outras políticas e serviços públicos.

Entre as 264 pessoas em situação de rua, 205 (77,7%) informaram possuir alguma documentação pessoal, enquanto 56 (21,2%) declararam não possuir documentação. Em 3 casos (1,1%), a informação não foi registrada.

A Carteira de Identidade foi o documento mais frequentemente informado, com 180 registros, seguida pelo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com 165 registros. O Título de Eleitor foi identificado em 94 registros, enquanto a Reservista foi mencionada em 54 registros e a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) em 15 registros.



Em relação aos tipos de documentação pessoal apresentados, é importante considerar que os dados não correspondem ao número total de pessoas entrevistadas, uma vez que uma mesma pessoa pode possuir mais de um documento. Dessa forma, os registros permitem identificar quais documentos estão disponíveis entre as pessoas em situação de rua contempladas pelo levantamento.

CONDIÇÕES DE TRABALHO E RENDA

Condições de Trabalho

Em relação às condições de trabalho, do total de 264 pessoas em situação de rua que foram entrevistadas, 254 pessoas estão sem acesso ao trabalho protegido, o que representa 96,2% do total, conforme apresentado na tabela ao lado.

CONDIÇÃO DE TRABALHO	REGISTROS
SEM ACESSO AO TRABALHO	222
TRABALHO INFORMAL	32
TRABALHO FORMAL	8
NÃO INFORMADO	2
TOTAL	264

Renda

RENDA	REGISTROS
ABAIXO DE 1 SALÁRIO MÍNIMO	85
1 SALÁRIO MÍNIMO	28
ACIMA DE 1 SALÁRIO MÍNIMO	13
SEM RENDA	133
NÃO INFORMADO	5
TOTAL	264

Em relação à renda, houve predomínio de pessoas em situação de rua sem acesso à renda, com o total de 133 pessoas, o que representa 50% das pessoas pesquisadas, seguido de renda abaixo de 1 salário mínimo, 85, o que representa 32% dos entrevistados. Ao juntarmos estes dois indicadores 82% da

população em situação de rua, não tem acesso a uma renda mínima.

Cadastro Único e Benefícios

Em relação à inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), os dados indicam que, entre as 264 pessoas em situação de rua entrevistadas, 213 (80,7%) informaram possuir inscrição no cadastro. Por outro lado, 48 pessoas (18,2%) declararam não possuir inscrição no CadÚnico, enquanto em 3 casos (1,1%) essa informação não foi registrada.

SITUAÇÃO	REGISTROS
INSCRITO NO CAD. ÚNICO	213
SEM INSCRIÇÃO NO CAD. ÚNICO	48
NÃO INFORMADO	3
TOTAL	264

Em relação ao acesso a benefícios, entre as 264 pessoas em situação de rua entrevistadas, 190 (72,0%) informaram acessar algum benefício, enquanto 71 (26,9%) declararam não receber benefícios. Em 3 casos (1,1%), a informação não foi registrada, conforme apresentado na tabela ao lado.

ACESSO À BENEFÍCIOS	REGISTROS
ACESSA ALGUM BENEFÍCIO	190
NÃO ACESSA BENEFÍCIO	71
NÃO INFORMADO	3
TOTAL	264

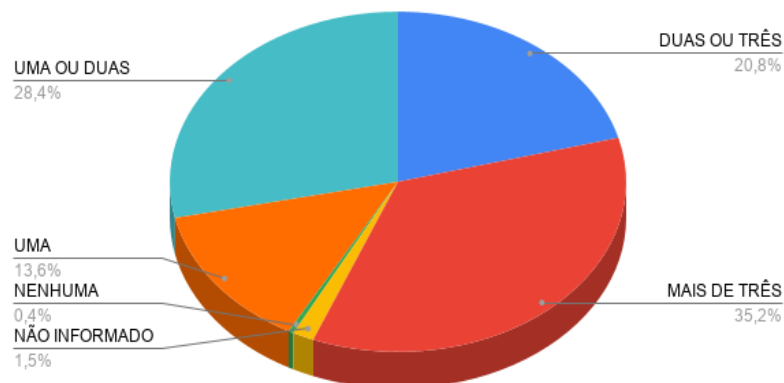
Dos benefícios acessados, houve o predomínio Programa Bolsa Família com 156 pessoas, representando 82,1% dos benefícios acessados pelos participantes da pesquisa. Seguido do Benefício de Prestação Continuada (BPC) com 21, representando 11,1%, aposentadoria com 9, auxílio doença com 3 e pensão, com 1.

BENEFÍCIO	REGISTROS
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	156
BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	21
APOSENTADORIA	9
AUXÍLIO DOENÇA	3
PENSÃO	1
TOTAL	190

CONDIÇÕES DE SAÚDE

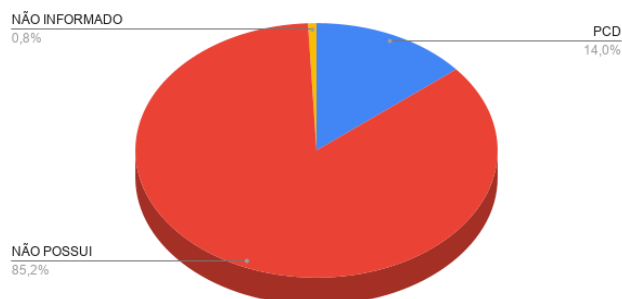
Alimentação

Entre as 264 pessoas em situação de rua entrevistadas, 93 (35,2%) informaram realizar mais de três refeições por dia, representando o maior grupo. Outras 55 pessoas (20,8%) relataram realizar duas ou três refeições diariamente, enquanto 75 (28,4%) informaram realizar uma ou duas refeições por dia. Já 36 pessoas (13,6%) relataram fazer apenas uma refeição diária e 1 pessoa (0,4%) declarou não realizar nenhuma refeição. Em 4 casos (1,5%), a informação não foi registrada. É importante destacar que o número de refeições, isoladamente, não permite avaliar a qualidade nutricional, a quantidade ou a adequação dos alimentos consumidos, tampouco determinar o grau de insegurança alimentar.



Pessoas em Situação de Rua com Deficiência

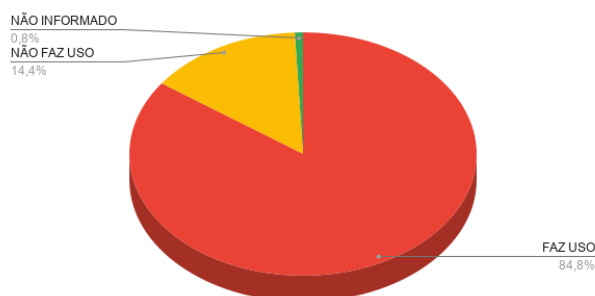
Entre as 264 pessoas em situação de rua entrevistadas, 37 pessoas (14%) declararam possuir algum tipo de deficiência. Em relação aos tipos de deficiência informados, observou-se predominância da deficiência física, mencionada por 27 entrevistados (67,5%), seguida pela deficiência visual, com 11 registros (27,5%), e pela deficiência auditiva, com 2 registros (5,0%). É importante considerar que os dados não correspondem ao número total de pessoas entrevistadas, uma vez que uma mesma pessoa pode ter informado possuir mais de um tipo de deficiência.



PCD	REGISTROS
DEFICIÊNCIA FÍSICA	27
DEFICIÊNCIA VISUAL	11
DEFICIÊNCIA AUDITIVA	2
TOTAL	40

Saúde Mental

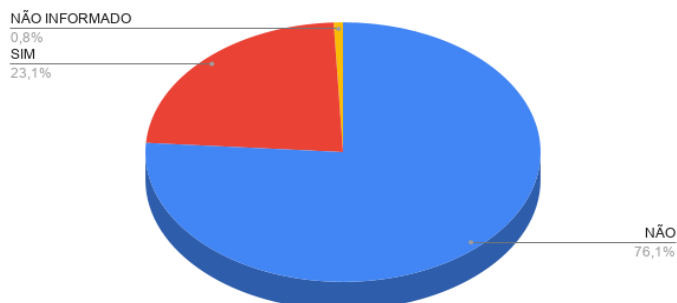
Entre as 264 pessoas em situação de rua entrevistadas, 224 declararam fazer uso de álcool e/ou outras drogas, correspondendo a 84,8% do total. Por outro lado, 38 entrevistados (14,4%) informaram não fazer uso, enquanto 2 pessoas (0,8%) não forneceram essa informação. Observa-se, portanto, que o uso de álcool e/ou outras



drogas foi declarado pela maioria das pessoas entrevistadas. Esse resultado se faz relevante para a compreensão das condições de vida da população em situação de rua no município e para o planejamento das ações da rede de atendimento, especialmente aquelas

relacionadas à saúde, redução de danos, atenção psicossocial, assistência social e estratégias de cuidado no território.

Em relação à ocorrência de transtorno mental, entre as 264 pessoas em situação de rua entrevistadas, 61 pessoas (23,1%) declararam possuir algum transtorno mental, enquanto 201 pessoas (76,1%) informaram não possuir. Em 2 casos (0,8%), a informação não foi registrada.



Os resultados indicam que aproximadamente uma em cada quatro pessoas entrevistadas declarou possuir algum transtorno mental. Esse dado revela a importância da dimensão da saúde mental na caracterização da população em situação de rua do município e deve ser considerado no planejamento e na organização das ações da rede de proteção social e de atenção à saúde.

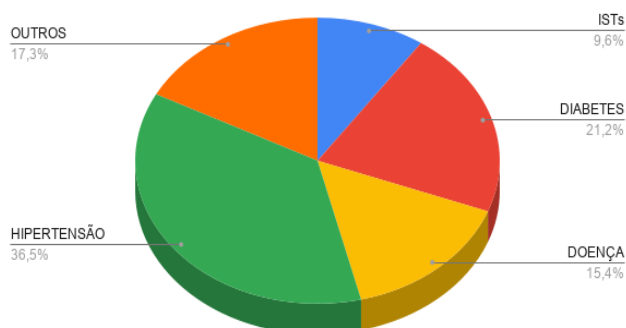
Ainda referente à saúde mental, é importante considerar que os números identificados no levantamento podem não representar a totalidade das pessoas que apresentam algum sofrimento psíquico ou transtorno mental. A identificação dessas condições depende, entre outros aspectos, do conhecimento que a própria pessoa possui sobre sua condição de saúde, de eventual diagnóstico realizado por profissional habilitado e da disposição ou possibilidade de informar essa situação durante a entrevista. Condições como depressão, transtornos de ansiedade, transtorno de pânico e outros transtornos podem não ser identificadas pelo próprio indivíduo, especialmente quando nunca houve acesso a avaliação ou acompanhamento especializado.

Outras Questões de Saúde

Para além das questões relacionadas à saúde mental e à deficiência, as pessoas em situação de rua também relataram outros problemas e condições de saúde que demandam atenção da rede, reforçando a necessidade de uma abordagem integral do cuidado. Nesse sentido, é importante que as demandas de saúde dessa

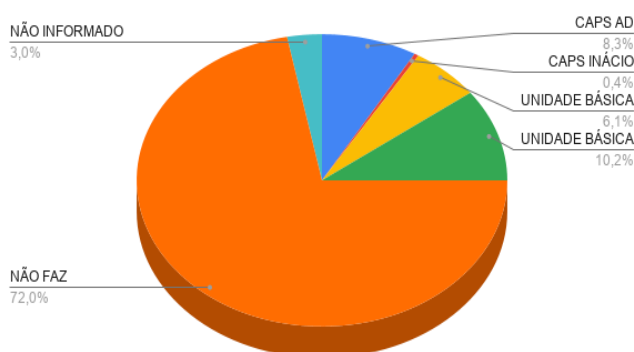
população não sejam reduzidas ao uso de álcool e outras drogas, uma vez que essa perspectiva pode contribuir para a estigmatização e para a criação ou manutenção de barreiras no acesso a outros serviços de saúde. Considerar a multiplicidade de necessidades e condições de saúde permite ampliar o olhar sobre essa população e favorecer um atendimento mais integral, humanizado e adequado às suas diferentes demandas.

Entre as condições de saúde informadas pelas pessoas em situação de rua, foram registrados 5 casos de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), 11 de diabetes, 8 de doenças respiratórias, 19 de hipertensão arterial e 9 de outras condições de saúde. Ressalta-se que os registros não correspondem necessariamente ao número de pessoas, uma vez que uma mesma pessoa pode ter informado mais de uma condição de saúde.



Acompanhamento na Rede de Atenção Psicossocial

No que se refere ao acompanhamento na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), entre as 264 pessoas em situação de rua entrevistadas, 190 (72,0%) informaram não realizar acompanhamento em nenhum dos serviços relacionados no instrumento de coleta. Por outro lado, 66 pessoas (25,0%) informaram realizar



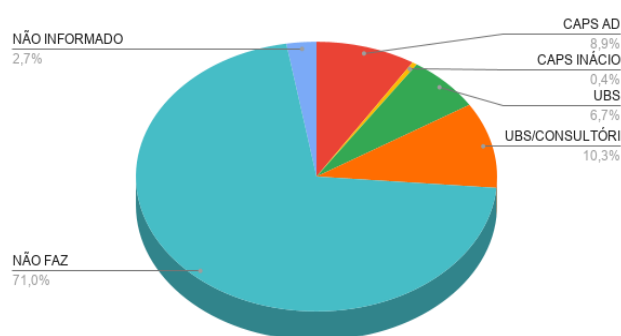
acompanhamento em algum serviço da rede, enquanto 8 entrevistados (3,0%) não forneceram essa informação.

Entre os serviços mencionados, o CAPS AD foi indicado por 22 pessoas (8,3%), a Unidade Básica de Saúde (UBS) por 16 pessoas (6,1%), a UBS/Consultório na Rua por 27 pessoas (10,2%) e o CAPS Inácio Ferreira por 1 pessoa (0,4%).

Os dados revelam que a maior parte das pessoas entrevistadas não realiza acompanhamento na RAPS, correspondendo a 72,0% do total. Entre aquelas que informaram acompanhamento, destaca-se a modalidade UBS/Consultório na Rua, com 27 registros (10,2%), seguida pelo CAPS AD, com 22 registros (8,3%).

O elevado percentual de pessoas que não realizam acompanhamento constitui um elemento relevante para o diagnóstico, especialmente no que se refere ao acesso e à vinculação da população em situação de rua aos serviços de saúde e de atenção psicossocial. Embora o instrumento de coleta não tenha investigado os motivos pelos quais essas pessoas não estão em acompanhamento na RAPS, os resultados sinalizam a importância de aprofundar a análise sobre as possíveis dificuldades de acesso, vinculação e continuidade do cuidado. Nesse sentido, os dados podem subsidiar a discussão e o planejamento de estratégias de busca ativa e fortalecimento da vinculação aos serviços, considerando a articulação entre a RAPS, a Atenção Primária à Saúde, o Consultório na Rua e a rede socioassistencial, de modo a favorecer a integralidade e a continuidade da atenção à população em situação de rua.

Entre as 224 pessoas que declararam fazer uso de álcool e/ou outras substâncias, 59 informaram realizar algum tipo de acompanhamento nos serviços relacionados à saúde, correspondendo a 26,3% desse grupo. Em contrapartida, 159 pessoas (71,0%) declararam não realizar acompanhamento, enquanto 6 pessoas (2,7%) não informaram essa condição.



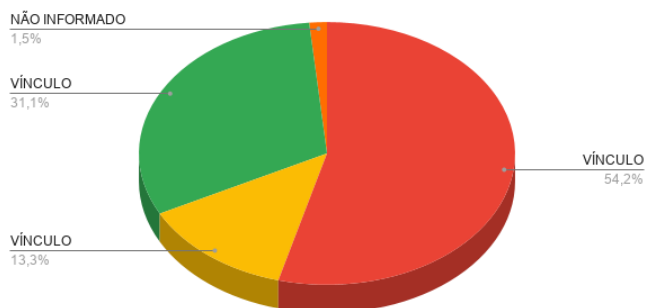
Entre as 59 pessoas que relataram algum tipo de acompanhamento, o Consultório na Rua foi o serviço com maior número de registros, com 23 pessoas (10,3%), seguida pelo CAPS AD, com 20 pessoas (8,9%), pela UBS, com 15 pessoas (6,7%), e pelo CAPS Inácio, com 1 pessoa (0,4%).

Cabe esclarecer que o registro de acompanhamento no CAPS Inácio Ferreira refere-se a uma pessoa que, além de declarar fazer uso de álcool e/ou outras substâncias, também informou possuir transtorno mental. Nesse caso, o acompanhamento no referido serviço está relacionado à demanda de atenção em saúde mental apresentada pelo usuário, não sendo possível atribuir o acompanhamento exclusivamente à questão do uso de álcool e outras substâncias. O registro foi, contudo, mantido nesta análise em razão da sobreposição das condições informadas pela pessoa entrevistada, evidenciando a necessidade de considerar a integralidade das demandas de saúde apresentadas pela população em situação de rua.

TRAJETÓRIAS NA SITUAÇÃO DE RUA

Vínculo Familiar

Entre as 264 pessoas em situação de rua analisadas, observa-se a prevalência de situações de vínculo familiar fragilizado, identificado em 143 casos (54,2%). O



vínculo familiar rompido foi registrado em 82 casos (31,1%), enquanto 35 pessoas (13,3%) apresentavam vínculo familiar preservado. Em 4 casos (1,5%), a informação não foi registrada.

Dessa forma, 85,2% da população em situação de rua entrevistadas apresentam vínculo familiar fragilizado ou rompido, evidenciando a presença significativa de situações de enfraquecimento ou ausência das relações familiares e, conseqüentemente, de possíveis limitações na rede de apoio familiar.

Motivos que levaram à situação de rua

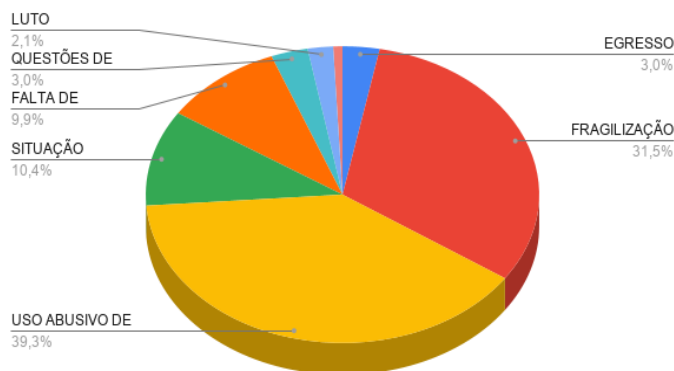
Em relação aos motivos que contribuíram para a situação de rua, foram registrados 527 apontamentos entre as 264 pessoas entrevistadas. A diferença entre o número de registros e o número de entrevistados ocorre porque a questão permitia

a indicação de mais de um motivo, possibilitando identificar a combinação de diferentes fatores associados à trajetória de cada pessoa.

O uso abusivo de álcool e/ou outras drogas foi o motivo mais mencionado, com 207 registros. Na sequência, destaca-se a fragilização dos vínculos familiares, com 166 registros. Também apresentaram frequência relevante a situação econômica, com 55 registros, e a falta de moradia, com 52 registros.

Outros motivos apontados foram egresso, com 16 registros, questões de saúde mental, também com 16 registros, luto, com 11 registros, e outros motivos, com 4 registros.

Cabe destacar que, em relação à categoria “Egresso”, não foi possível identificar, a partir das informações coletadas no instrumento de pesquisa, a que condição específica o termo se refere. A coleta dos dados não apresentou detalhamento que permitisse distinguir, por exemplo, o tipo de instituição ou situação da qual a pessoa seria egressa. Dessa forma, embora tenham sido registrados 16 apontamentos nessa categoria, optou-se por não atribuir uma interpretação específica ao termo, preservando a fidelidade aos dados coletados e evitando inferências que não possam ser sustentadas pelas informações disponíveis.



Os resultados apontam para a multicausalidade da situação de rua, uma vez que diferentes fatores podem estar presentes simultaneamente na trajetória de uma mesma pessoa. Destacam-se, sobretudo, os registros relacionados ao uso abusivo de álcool e/ou outras drogas e à fragilização dos vínculos familiares, que aparecem associados com maior frequência entre os motivos informados.

Tempo de Permanência em Situação de Rua

Entre as 264 pessoas em situação de rua entrevistadas, observa-se uma diversidade significativa quanto ao tempo de permanência em situação de rua. Os

dados indicam que 32 pessoas (12,1%) estavam em situação de rua até seis meses, enquanto 20 (7,6%) encontravam-se nessa condição entre seis meses e um ano. Entre um e dois anos, foram identificadas 25 pessoas (9,5%), e 23 (8,7%) estavam em situação de rua entre dois e três anos.

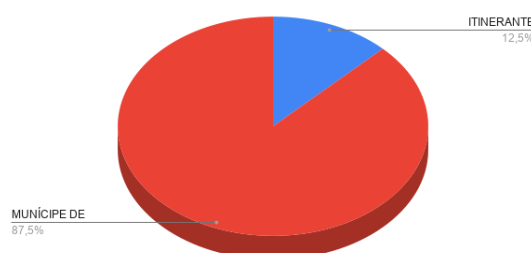
Em relação aos períodos mais prolongados, 13 pessoas (4,9%) relataram estar em situação de rua entre três e quatro anos, enquanto 20 (7,6%) estavam nessa condição entre quatro e cinco anos. Destaca-se, entretanto, o número de pessoas com trajetória mais prolongada ainda: 64 (24,2%) estavam em situação de rua há mais de cinco anos, e 61 (23,1%) há mais de dez anos. Em 6 casos (2,3%), a informação não foi registrada.

PERÍODO	REGISTROS
ATÉ SEIS MESES	32
ENTRE SEIS MESES E UM ANO	20
ENTRE UM E DOIS ANOS	25
ENTRE DOIS E TRÊS ANOS	23
ENTRE TRÊS E QUATRO ANOS	13
ENTRE QUATRO E CINCO ANOS	20
HÁ MAIS DE CINCO ANOS	64
HÁ MAIS DE DEZ ANOS	61
NÃO INFORMADO	6

TERRITORIALIZAÇÃO

Vínculo com o município

Entre as 264 pessoas em situação de rua entrevistadas, 231 (87,5%) declararam ser munícipes de Uberaba, enquanto 33 (12,5%) foram identificadas como itinerantes. Os dados indicam, portanto, uma predominância expressiva de pessoas com vínculo territorial com o município, representando quase nove em cada dez indivíduos da população pesquisada.



Para o grupo de 33 pessoas identificadas como itinerantes, a distribuição

ESTADO	REGISTROS
AL	3
AP	1
BA	2
GO	5
MG	10
PA	2
RJ	2
SE	1
SP	5
NÃO INFORMADO	2
TOTAL	33

segundo a unidade federativa de origem demonstra diversidade territorial, com predominância de pessoas provenientes de Minas Gerais, que totaliza 10 indivíduos (30,3%). Em seguida, aparecem Goiás e São Paulo, com 5 pessoas cada (15,2%). Os demais registros correspondem a Alagoas, com 3 pessoas (9,1%); Bahia, Pará e Rio de Janeiro, com 2 pessoas cada (6,1%); e Amapá e Sergipe, com 1 pessoa cada (3,0%). Em 2 registros (6,1%), a informação sobre o estado de origem não foi informada.

De forma geral, os dados evidenciam que, embora a maior parcela das pessoas em situação de rua atendidas seja munícipe de Uberaba, entre as pessoas itinerantes há trajetórias provenientes de diferentes estados brasileiros, com presença de indivíduos oriundos das regiões Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte. A predominância de Minas Gerais pode estar relacionada à proximidade territorial e à circulação entre municípios do próprio estado, enquanto a presença dos demais estados demonstra a diversidade dos percursos territoriais desse grupo.

Território por CRAS

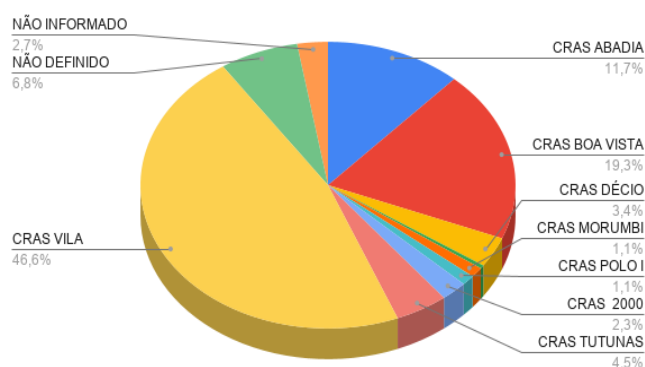
A análise da dimensão territorial deve considerar uma característica própria da população em situação de rua: a constante mobilidade e flutuação territorial. Nesse contexto, não é possível afirmar, de forma rígida, que determinado território corresponda ao CRAS de referência da pessoa, uma vez que sua circulação pode ocorrer por diferentes regiões do município e se modificar ao longo do tempo. Dessa forma, os dados territoriais apresentados devem ser compreendidos como uma identificação do território de CRAS pelo qual a pessoa circula com maior frequência, onde eventualmente estabelece pontos de permanência, locais de pernoite, espaços de convivência ou outras formas de ocupação temporária. Essa perspectiva não reduz a importância da territorialização; ao contrário, constitui uma ferramenta fundamental para compreender a dinâmica territorial da situação de rua, os deslocamentos e fluxos

das trajetórias individuais e coletivas e os diferentes espaços que passam a compor o cotidiano dessas pessoas.

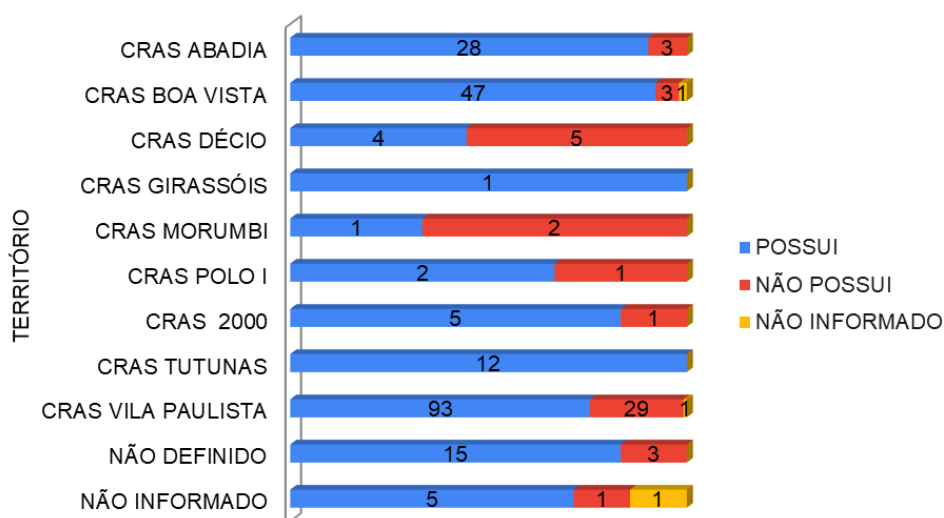
A compreensão desses movimentos pode contribuir para o planejamento das ações da rede socioassistencial, favorecendo a articulação entre os serviços especializados e os serviços da Proteção Social Básica disponíveis nos territórios de maior circulação.

O município de Uberaba possui 9 (nove) Centros de Referência de Assistência Social - CRAS. Ao territorializar os registros da pesquisa com as pessoas em situação de rua, verifica-se que 123 pessoas, 46,6% dos entrevistados ocupam o território do CRAS Vila Paulista, seguido do CRAS Boa Vista com 51, 19,3%, e CRAS Abadia 31, 11,7%.

No que diz respeito ao registro do Cadastro Único para Programas do Governo Federal - Cad.Único, ao territorializar esta informação, das 123 pessoas do CRAS Vila Paulista, 93, 75,6% possuem registro. No CRAS Boa Vista 47 pessoas, 92,2%, possuem o registro. No CRAS Abadia, 28 pessoas possuem o registro no Cad.Único, 90,3%.



É importante esclarecer que os registros classificados como “não informado” correspondem às situações em que a pessoa entrevistada não informou o local onde costuma permanecer. Já os casos classificados como “não definido” referem-se às situações em que houve indicação de localização, porém sem informações suficientes para estabelecer o território de referência, como, por exemplo, menção apenas à BR, sem indicação do quilômetro ou ponto de referência, ou à zona rural, sem especificação do local ou de pessoas que declararam estar em acolhimento. Dessa forma, essas categorias refletem limitações na precisão da informação territorial registrada no momento da entrevista.



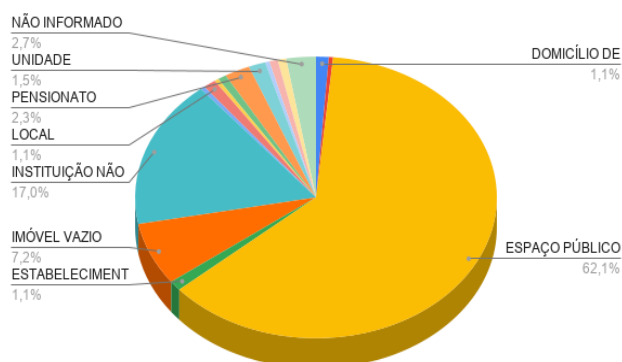
Local de Pernoite

Os dados demonstram uma significativa concentração em espaços públicos, que corresponde a 164 registros, aproximadamente 62,1% do total. Na sequência, destacam-se as instituições de acolhimento não governamentais, com 45 registros (17,0%), e os imóveis vazios, com 19 registros (7,2%).

Também foram identificados outros locais de pernoite, como pensionatos (6), unidade de acolhimento governamental (4), domicílios de familiares (3), estabelecimentos comerciais (3), locais relacionados ao comércio de substâncias ilícitas (3), obras (2) e zonas rurais (2). Houve ainda registros pontuais de domicílios de

terceiros, local de trabalho, lote vago e veículo, com um caso cada. Em duas situações não houve definição do local, pois a indicação da localização não foi precisa, e, em 7 registros, os dados não foram informados.

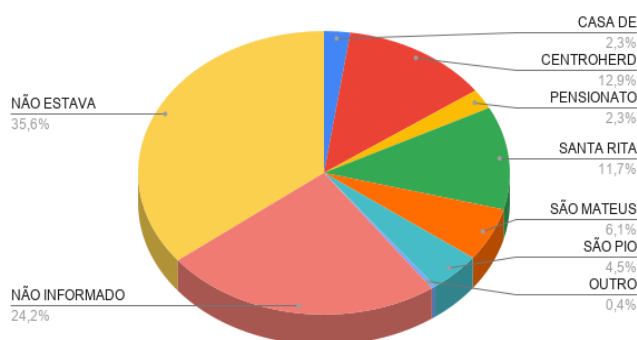
É importante destacar que esses dados devem ser compreendidos como um retrato do período em que o levantamento foi realizado, e não como uma representação fixa dos locais de permanência dessa população. Os pontos



identificados são dinâmicos, uma vez que as pessoas em situação de rua podem alterar frequentemente seus locais de permanência e pernoite em razão de diversos fatores, como condições climáticas, segurança, conflitos, abordagens, disponibilidade de serviços, oportunidades de trabalho, vínculos sociais e familiares, acesso à alimentação e outros recursos.

Acolhimento Institucional

No período de realização das entrevistas, das 264 pessoas em situação de rua, 94 (35,6%) informaram não estar acolhidas em nenhuma unidade de acolhimento. Por outro lado, 106 pessoas (40,2%) estavam acolhidas em serviços identificados, enquanto 64 registros (24,2%) não apresentavam informação sobre a situação de acolhimento.



Entre as pessoas que estavam acolhidas, observa-se a predominância dos serviços executados por Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Foram registrados 34 acolhimentos no CentroHerd, 31 na Santa Rita, 16 na São Mateus e 12 na São Pio, além de 6 pessoas em pensionato e 1 em outro local não especificado. Considerando esses registros, os serviços vinculados às OSCs concentram parcela significativa dos acolhimentos identificados, evidenciando a participação dessas organizações na oferta da proteção social à população em situação de rua.

A Casa de Passagem, por sua vez, apresentou 6 pessoas acolhidas no período analisado. Trata-se de uma unidade de natureza governamental, específica para atendimento das pessoas em situação de rua itinerantes, constituindo uma modalidade de acolhimento diferenciada em razão da mobilidade e da permanência temporária desse público no município.

É importante considerar que a situação de acolhimento pode sofrer alterações ao longo do tempo, seja pela entrada ou saída dos serviços, mudança entre unidades,

encerramento do período de permanência, deslocamento para outros municípios ou retorno às ruas.

Outro aspecto relevante é o número de registros classificados como “não informado” (64 pessoas, 24,2%). Esse quantitativo limita a análise da cobertura efetiva do acolhimento, uma vez que não é possível determinar, nesses casos, se a pessoa estava ou não inserida em algum serviço. Dessa forma, recomenda-se que futuras atualizações do diagnóstico busquem reduzir o volume de informações não registradas, permitindo maior precisão na identificação da demanda por acolhimento.

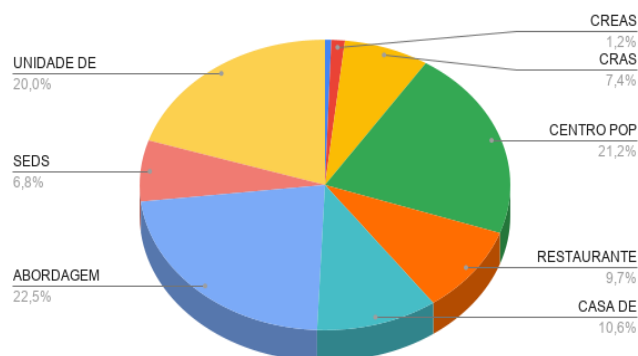
Acesso à Rede de Atendimento

A territorialização também pode ser compreendida a partir da forma como a população em situação de rua se relaciona com o território e com a rede de serviços. Embora a população em situação de rua apresenta mobilidade e possa não permanecer por longos períodos em um mesmo local, isso não significa ausência de vínculos territoriais. Ao contrário, determinados espaços podem assumir significado e tornar-se referências para essa população, seja pela presença de relações sociais, seja pela proximidade de equipamentos e serviços. Dessa forma, os deslocamentos pelo território podem ocorrer também em função do acesso a serviços e recursos, evidenciando formas de apego e apropriação territorial que ultrapassam a permanência física em um único lugar (Castro, 2024).

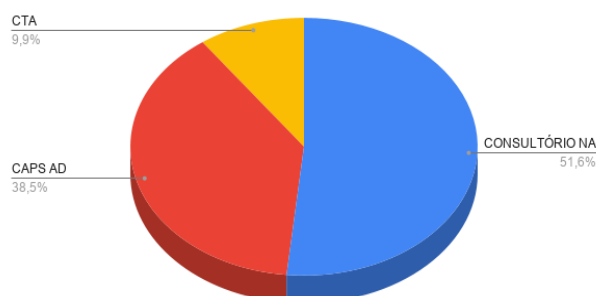
Para fins de análise, os serviços identificados foram organizados em categorias mais amplas, contemplando principalmente as áreas de Saúde e Assistência Social. Os serviços de caráter mais específico foram agrupados na categoria Outros, que reúne equipamentos e iniciativas relacionados à Segurança Pública, Moradia e Trabalho. Ressalta-se que os números apresentados correspondem aos relatos de serviços mais acessados, e não ao número de pessoas que os acessaram, uma vez que uma mesma pessoa pode ter informado mais de um serviço.

No período analisado, foram registrados 1.084 registros aos serviços socioassistenciais. Os dados de acesso aos serviços evidenciam maior número de registros na Abordagem Social, com 248 pessoas que acessam, seguida pelo Centro POP, com 234, e pelas Unidades de Acolhimento, com 221. A Casa de Passagem com 117 registros, enquanto o Restaurante Popular contabilizou 107. Entre os demais serviços, os Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) apresentaram 82

registros, a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS), 75, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 13, e o Centro de Referência da Mulher (CRM), 6.

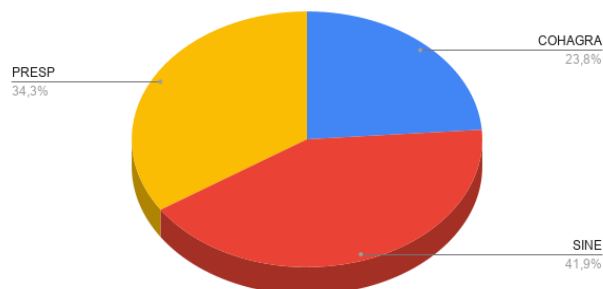


Na categoria Saúde, 312 pessoas informaram acessar algum serviço. O



Consultório na Rua concentrou o maior número de registros, com 161, seguido pelo Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), com 120, e pelo Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), com 31 registros.

Na categoria Outros, 210 registros. O Sistema Nacional de Emprego (SINE) apresentou o maior número de registros, com 88, seguido pelo Programa de Inclusão Social do Egresso do Sistema Prisional (PRESP), com 72, e pela Companhia Habitacional do Vale do Rio Grande (COHAGRA), com 50 registros.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pessoas em situação de rua são sujeitos de direitos, dotados de autonomia, saberes e experiências construídas a partir de suas trajetórias de vida e de sua relação com os diferentes territórios. Nesse sentido, é fundamental reconhecer e valorizar seus lugares de fala e de participação, possibilitando sua inserção nos processos de construção, acompanhamento e avaliação das políticas públicas que lhes dizem respeito. A situação de rua deve ser compreendida como uma condição social que pode ser modificada, e não como uma característica permanente dos sujeitos, considerando-se a possibilidade de transformação das condições sociais e das trajetórias individuais e coletivas.

A realização deste diagnóstico possibilitou a sistematização de informações relevantes sobre o perfil, as condições de vida, os locais de permanência e as formas de acesso à rede de proteção social da população em situação de rua no período analisado. Os dados obtidos constituem importante subsídio para o planejamento, o monitoramento e o aprimoramento das ações e serviços destinados a esse público. Entretanto, ao longo do processo de levantamento, foram identificadas algumas limitações relacionadas tanto ao instrumental utilizado quanto à metodologia de coleta das informações, que devem ser consideradas na interpretação dos resultados.

A utilização de formulário eletrônico, por meio do Google Forms, contribuiu para a organização e sistematização das respostas, mas apresentou desafios diante das características específicas da população pesquisada. Trata-se de um público marcado por significativa mobilidade territorial e dinâmica de permanência, o que dificultou a realização de um levantamento com caráter estritamente censitário e em um único momento. Em decorrência dessa característica, foram identificados registros duplicados, especialmente em situações nas quais a mesma pessoa foi abordada em diferentes locais ou momentos. Foi necessário realizar um processo posterior de conferência e limpeza das planilhas, buscando identificar e excluir duplicidades e qualificar a base de dados.

Também foram observadas limitações relacionadas às perguntas abertas. Embora esse formato possibilite maior liberdade de expressão dos entrevistados, algumas respostas apresentaram diferentes possibilidades de interpretação, exigindo análise, padronização e, em determinados casos, categorização posterior para possibilitar a sistematização dos dados. Essa situação evidencia a importância de, em levantamentos futuros, combinar questões objetivas e campos abertos

cuidadosamente estruturados, preservando, ao mesmo tempo, a possibilidade de registrar especificidades que não estejam previamente contempladas no instrumental.

Outro aspecto que merece destaque refere-se às próprias condições de realização das entrevistas. Algumas pessoas recusaram-se a participar do levantamento; nesses casos, a recusa foi respeitada, com o cuidado de assegurar a observância dos princípios éticos da pesquisa. Outras não puderam ser abordadas adequadamente em razão das circunstâncias encontradas no momento da busca, como estarem dormindo, em situação de deslocamento, envolvidas em outras atividades ou em condições que inviabilizavam ou dificultavam a abordagem naquele momento. Dessa forma, é necessário reconhecer que nem todas as pessoas abordadas em determinado território necessariamente puderam ser entrevistadas, o que constitui uma limitação inerente a levantamentos realizados diretamente em campo com uma população cuja permanência nos territórios é variável.

Nesse sentido, a realização de pesquisas com caráter censitário permanece relevante para a política de assistência social, especialmente para dimensionar a população, conhecer suas características sociodemográficas, identificar demandas e subsidiar o planejamento da oferta de serviços, benefícios e ações. Entretanto, os resultados deste levantamento também apontam para a necessidade de que a produção de conhecimento sobre a população em situação de rua não se restrinja à dimensão quantitativa.

A complexidade da vivência de rua demanda a utilização de metodologias participativas e qualitativas, capazes de incorporar a perspectiva das próprias pessoas que vivenciam essa realidade. Uma possibilidade consiste na realização de processos participativos inspirados em metodologias como o Mapa Falado, utilizando oficinas, rodas de conversa, encontros temáticos, grupos de discussão e outras estratégias de escuta qualificada e construção coletiva.

Essas metodologias podem possibilitar uma compreensão mais aprofundada sobre aspectos que dificilmente são captados por um formulário estruturado, tais como as experiências de circulação e permanência nos territórios, os fatores que levam à utilização ou não dos serviços, as barreiras encontradas no acesso às políticas públicas, a percepção sobre a qualidade e a efetividade dos atendimentos, as relações estabelecidas com os territórios e com a rede de proteção, bem como as estratégias

construídas pelas próprias pessoas para enfrentar as situações vivenciadas no cotidiano.

A perspectiva participativa também pode contribuir para que a população em situação de rua seja reconhecida não apenas como objeto da pesquisa e destinatária das políticas públicas, mas como sujeito que possui conhecimentos, experiências e propostas capazes de contribuir para a formulação, avaliação e aprimoramento das ações desenvolvidas pelo poder público e pela rede socioassistencial.

Assim, recomenda-se que os próximos processos de diagnóstico sejam estruturados de maneira complementar, articulando estratégias quantitativas e qualitativas. O levantamento censitário pode contribuir para dimensionar e caracterizar a população e suas demandas, enquanto as metodologias participativas podem aprofundar a compreensão sobre suas trajetórias, necessidades, experiências de acesso aos serviços e propostas para o aprimoramento da política pública.

Por fim, ressalta-se que a dinâmica própria da população em situação de rua exige que o diagnóstico seja compreendido como um processo contínuo de produção e atualização de informações, e não como um retrato definitivo da realidade. A atualização periódica dos dados, associada à escuta permanente dos usuários e à análise sistemática das informações produzidas pela rede de atendimento, poderá contribuir para uma compreensão mais qualificada da realidade e para o desenvolvimento de respostas públicas mais adequadas às demandas identificadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF: CNAS, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 set. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **CECAD: Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único**. Brasília, DF: MDS, [s. d.]. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel01.php>. Acesso em: 18 set. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP**. Brasília, DF: MDS, 2011. Disponível em: <https://www.ouropreto.mg.gov.br/static/orientacoes-centro-pop.pdf>. Acesso em: 18 set. 2026.

CASTRO, Hernany Gomes de. Situação de rua, vínculos sociais e as políticas públicas de saúde e de assistência social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 147, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.406>.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **População em situação de rua: quem são essas pessoas?** Brasília, DF: CFESS, 2021. 24 p. (Série Assistente Social no Combate ao Preconceito, n. 10). Disponível em: <https://www.cfess.org.br>. Acesso em: 18 set. 2026.

HUTZ, C. S.; KOLLER, S. H. Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 2, n. 1, p. 175-197, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100011>.

SILVA, Ana Paula Cardoso da; MACHADO, Iracema Oliveira de. **Discriminação contra a população em situação de rua**. Organização e edição de conteúdo:

Comissão de Ética e Direitos Humanos do CFESS. Brasília, DF: CFESS, 2026. 24 p. (Série Assistente Social no Combate ao Preconceito, caderno 10). Disponível em: <https://www.cfess.org.br/uploads/revista/5557/CADERNO10-PopRuaFINAL.pdf>.

Acesso em: 17 set. 2026.

SOUZA, Josiane Cristina Orlando de. **Corpo e política: cartografias da população em situação de rua**. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. DOI: <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2017.379>.